CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO Nº , DE 2014

(Dos Srs. Deputados Erika Kokay, Fátima Bezerra e Policarpo, Reginaldo Lopes e Ságuas Moraes Sousa)

Requer o envio de indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Casa Civil, para que adote medidas para assegurar a criação e a implementação do Plano de Carreira para os Servidores da Administração Direta do MEC no ano de 2014/2015.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 113, inciso I, § 1°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhada indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Casa Civil, para que adote medidas para assegurar a criação e implementação de Plano de Carreira para os Servidores da Administração Direta do MEC no ano de 2014/ 2015, em conformidade com o texto do novo Plano Nacional de Educação, que na meta 18 estabelece a necessidade de "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública **de todos os sistemas de ensino"**. Nesse sentido, no âmbito do Sistema Nacional de Educação (SNE), o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias e fundações fazem parte do Sistema Federal.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

Deputada Erika Kokay – PT/DF

Deputada Fátima Bezerra – PT/RN

Deputado Policarpo – PT/DF

Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG

Deputado Ságuas Moraes Sousa – PT/MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO N° , DE 2014

Sugere o envio de indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Casa Civil, para que adote medidas para assegurar a criação e implementação de Plano de Carreira para os Servidores da Administração Direta do MEC no ano de 2014/2015.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Ao cumprimentá-la com as reverências de estilo, trazemos a vossa presença a presente Indicação concernente à necessidade de criação do Plano de Carreira dos Servidores da Administração direta do Ministério da Educação no ano de 2014/2015.

Os servidores estão em mobilização constante há sete anos e, por meio de intensas negociações, movimento paredista e ações de mobilização, conquistou o compromisso do presidente Lula em fevereiro de 2006. Infelizmente, até o presente momento os servidores do MEC, administração direta, não tiveram assegurada uma carreira que significasse profissionalização, valorização e ganhos salariais, ainda que o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, partes indissociáveis da gestão da política educacional, tenham conquistado carreiras específicas, ao arrepio da lógica sistêmica que vem fazendo parte das diretrizes dos últimos governos. Entendemos que os servidores do Ministério da Educação deram e continuarão dando demonstrações de sua força ao reivindicarem melhores condições de trabalho e salário, materializadas e canalizadas na luta por uma organização interna e reconhecimento profissional que esteja de acordo com o significado da Educação como fator determinante para o desenvolvimento do país, como delineia e proclama o governo.

Os servidores do Ministério da Educação, com sua capacidade e grau de organização estão dispostos a dialogar, com a qualidade política que lhes é familiar, no sentido da conquista de seu plano de carreira, fundamental para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente de qualidade socialmente referenciada.

Em uma gestão exitosa em que o Ministério reafirma o compromisso com a consolidação de uma política educacional integral, da creche à pós graduação, tanto mais se torna um interlocutor estratégico, tanto mais se torna alvo de atenção, dentro do

absoluto respeito à autoridade pública. O debate proposto, portanto, visa contribuir com a superação da lógica segundo a qual os governos trataram sistematicamente o funcionalismo público como adversário e a Educação como belíssima peça de discurso eleitoreiro. Para tanto, torna-se fundamental o olhar atencioso e a mobilização do Congresso.

Nos últimos avanços se evidenciam e é necessário retomar as propostas/possibilidades que foram estruturadas, estudadas e devidamente protocoladas na perspectiva de assegurar uma carreira aos Servidores do MEC.

É absolutamente conveniente ressaltar que os servidores do MEC são uma parcela essencial e estratégica na construção de um país justo, descente, independente, soberano, com educação de qualidade. Não é aceitável a apartação e marginalização dos servidores do MEC em uma trajetória que pretende assegurar educação pública e de qualidade para todos. A ausência de uma Carreira Estruturada vem tendo como consequência objetiva uma enorme evasão dos quadros em razão de distorções absurdas na gestão de pessoas no âmbito do Ministério.

Os servidores do MEC são trabalhadores responsáveis pela gestão das políticas públicas para a educação, na qual se incluem os processos de conformação do financiamento, avaliação e pesquisa no âmbito da educação. Queremos uma educação compatível com uma sociedade da informação e do conhecimento e, para tanto, não podemos contar com um quadro de servidores dispersos em algumas nomenclaturas constantes de um plano de cargos instituído na década de 70, com remuneração nada atraente, progressão e crescimento desfocado da profissionalização.

Há que se ressaltar, ainda, que os governos sempre privilegiaram a criação de carreiras para as áreas meio, me detrimento da finalística, sendo este o momento da educação, conforme todos os discursos e iniciativas relevantes que vêm balizando os governos do presidente Lula e de Vossa Excelência. Frise-se que a questão envolve apenas cerca de 6.000 (seis mil) servidores, entre ativos e inativos, sendo, portanto, o impacto financeiro irrelevante.

Por fim, rogamos apoio e uma resposta da Exma. Senhora Presidente e que, dentro de suas possibilidades, mantenha esta parlamentar informada a respeito dos encaminhamentos da presente solicitação e eventuais atos de gestão, referentes à sua adoção.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

Deputada Erika Kokay – PT/DF

Deputada Fátima Bezerra – PT/RN

Deputado Policarpo – PT/DF

Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG

Deputado Ságuas Moraes Sousa – PT/MT